

PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS NO MUSEU ARCHEOLOGICO DO CARMO

por

Ana C. N. Martins*

“Dans l’Antiquité et au Moyen-Age, on divulgue;
au XVII^e et XVIII^e siècles, on propage;
au XIX^e siècle on vulgarise”

(Georges Canguilhem, *Révue de l’Enseignement Supérieur*, 1962)

Resumo: Pouco tempo depois da inauguração do *Museu Archeologico*, na sede da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, na arruinada igreja do Carmo, em Lisboa, Possidónio da Silva, seu principal mentor e divulgador, envidaria todos os esforços no sentido de ser criada, no seu seio, uma pequena colecção antropológica. Necessidade essa que adviria, significativamente, da consciência que teria da relevância que uma tal colecção poderia assumir – a par da exposição de diversos conjuntos de artefactos arqueológicos –, na política educativa e de investigação científica, que o novo poder liberal tentaria desenvolver ao longo de oitocentos. Mais do que a descrição dos materiais antropológicos inseridos no Museu do Carmo, será nosso principal propósito compreender a origem do interesse manifestado por Possidónio da Silva pelos estudos antropológicos, sobretudo de Antropologia Pré-histórica, assim como, de uma forma generalizada, as concepções que estariam subjacentes a esse mesmo despertar.

Palavras-chave: Antropologia e arqueologia Pré-histórica; Exposição Universal de 1867; *Museu Archeologico do Carmo*.

INTRODUÇÃO

O *Museu Archeologico do Carmo* seria inaugurado em meados dos anos sessenta, pouco tempo depois da fundação da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, cujo principal mentor, propugnador e director, seria o arquitecto português, Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896).

* Associação dos Arqueólogos Portugueses. E-mail: anamartins@teleweb.pt

Inicialmente, o Museu seria concebido enquanto um espaço provisório, no interior do qual deveriam ser albergados, isto é, conservados, os mais diversos objectos de valor histórico, artístico e arqueológico, encontrados um pouco por todo o território português, abandonados, degradados e vilipendiados, em consequência de uma série de acontecimentos que assolariam o nosso solo desde, pelo menos, meados de setecentos. Seriam eles, o terremoto de 1755, as sucessivas invasões francesas, a fuga da Corte para o Rio de Janeiro, a presença das tropas britânicas, as lutas liberais, para já não referir a própria venda, em hasta pública, de parte significativa do espólio, móvel e imóvel, pertencente, até 1834, às ordens monásticas portuguesas, entretanto nacionalizadas.

Um pouco à semelhança do, que há muito, se praticaria na maioria dos países europeus da época, e, nomeadamente, após a Revolução Francesa de 1789, Possidónio da Silva perspectivaria a instituição daquele estabelecimento científico, entre nós, como um dos meios de perpetuar uma memória que, de outra forma, poderia perigar.

Rememoração essa que se revelava, então, absolutamente necessária ao, recentemente, instaurado poder liberal do nosso país, como forma de estabelecer uma ponte entre o presente e o passado recente, num processo *continuum*, no âmbito do qual o período medieval passaria a pontificar, porquanto a época da formação da nacionalidade portuguesa e da emergência de uma pretensa, e desejada, simbiose entre o poder monárquico e o popular. Seria, precisamente, no seio desta última camada popular, que o Liberalismo pretenderia encontrar a sua futura e incontestável plataforma de apoio.¹

Incluindo, pouco a pouco, no seio das suas colecções museológicas, elementos representativos de épocas mais recuadas, nomeadamente pré-históricas, e, sobretudo, com exemplares provenientes, não apenas do nosso território, como de outras zonas geográficas, Possidónio da Silva perspectivaria numa altura em que se tornara evidente a impossibilidade de transferir as suas instalações para outras que, o próprio, consideraria mais apropriadas aos seus principais desígnios² incluir o Museu do Carmo na série de museus europeus que, já durante a primeira metade da centúria de oitocentos, apresentavam ao público, em geral, e mediante as suas elaboradas exposições, o processo evolutivo da Humanidade.

Modo de apresentação esse que pressupunha, à partida, a aplicação de uma determinada metodologia. Na senda das propostas biológicas lamarckianas, seria o arqueólogo dinamarquês, C. J. Thomsen (1788-1865), quem conceberia um

¹ Sobre esta questão, vide Ana C. N. Martins, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica. Um Percorso na Arqueologia de Oitocentos*, Texto Policopiado, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Lisboa, F.L.U.L., 2000, e, sobretudo, o seu segundo capítulo.

² *Ibidem*; Id., “Possidónio da Silva, a Conservação e Restauro dos Edifícios Religiosos Medievais. A Igreja do Carmo em Lisboa”, *Arqueologia e História*, n.º 52, Lisboa, A.A.P./Colibri, 2000. No prelo.

método de triagem dos objectos existentes no Museu de Antiguidades Nacionais de Copenhague, distribuindo-os, não apenas segundo o tipo de material, com o qual teriam sido realizados, como, ainda, mediante o princípio evolutivo, segundo o qual, a formas mais simples, deveriam corresponder épocas mais antigas.

A adaptação dessa premissa evolutiva aos artefactos incluídos no *Museu Archeologico do Carmo*, assim como à forma pela qual os mesmos seriam dispostos ao olhar público, evidenciava a actualização, compreensão, interiorização, e acatção, desses novos paradigmas teóricos, por parte de Possidónio.

A EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS (1867)

A inclusão dos mais variados géneros de objectos, de diversificadas proveniências cronológicas, geográficas e culturais, no interior do Museu do Carmo, demonstrava igualmente a preocupação que o seu principal mentor, Possidónio da Silva, teria em dar a conhecer aos seus visitantes, em geral, e a possibilidade de estudo aos investigadores nacionais, muito especificamente, uma ampla visão das realidades apresentadas.

Essa intencionalidade revelava-se particularmente importante numa época em que o número de viajantes seria notoriamente diminuto, sobretudo atendendo aos elevados custos que um tal empreendimento implicaria, em face das dificuldades dos existentes meios e vias de transporte, que tornavam – embora cada vez menos –, as distâncias geográficas particularmente longínquas.

Não podendo viajar por Portugal, visitando os locais, histórica, artística e arqueologicamente mais significativos, nem tão pouco outras capitais europeias, nas quais se encontrariam sediados os mais importantes museus de então, qualquer interessado poderia, no interior do Museu do Carmo, aceder a uma relativamente completa e ecléctica informação, exposta segundo o princípio tipológico e evolutivo que poderia, ademais, ser confirmado mediante a análise da proveniência estratigráfica de cada um dos artefactos expostos.

Mas, onde teria Possidónio embebido todo esse somatório conceptual que, ademais, implicaria a aquisição de conhecimentos mais alargados e profundos, não apenas da própria Filosofia Positivista, como de debates que se promoveriam em torno de diversas descobertas arqueológicas e paleontológicas, que iam tendo lugar um pouco por toda a Europa mas, sobretudo, em França e Inglaterra?

Certamente que, vivendo em Paris durante cerca de oito anos (1825-1833), com apenas dois de interregno, durante os quais estagiaria em Roma,³ Possidónio

³ Sobre o período italiano na formação académica de Possidónio da Silva, vide Ana C. N. Martins, “Possidónio da Silva e uma Experiência de *Grand Tour* na Europa Romântica”. No prelo.

não poderia, de modo algum, permanecer imune e indiferente a toda uma variedade de conferências, discussões, apresentações públicas e editoriais, que versariam, inevitavelmente, e sobretudo atendendo à novidade das temáticas envolvidas, todos esses assuntos, e que teriam lugar um pouco por toda a capital – cultural –, francesa.

A atestar essa mesma influência, temos o facto, entre muitos outros, de que, ao longo de toda a sua existência, se corresponderia com algumas das personalidades europeias mais marcantes nesses domínios do conhecimento humano. Para além disso, teria, muito possivelmente, presenciado alguns dos mais relevantes encontros científicos de perfil europeu, ou até mesmo internacional.⁴

Pensamos, contudo, que o evento científico que despertaria e consolidaria Possidónio, de uma forma mais convicta e definitiva, para a urgência da divulgação – e, sobretudo, vulgarização –, dos mais diversos conhecimentos inerentes às ciências arqueológica e antropológica, revelar-se-ia, precisamente, a Exposição Universal de Paris, ocorrida em 1867, e na qual tomaria parte activa, nomeadamente no Congresso Internacional de Arquitectos, que se realizaria no âmbito desse evento.

Com efeito, verificamos que, doravante, algo iria mudar, significativamente, o carácter interno do *Museu Archeologico do Carmo*. Alteração essa que, ademais, se tornaria bem visível, não apenas aos seus associados e mais assíduos visitantes, como, embora mais serenamente, ao público, de um modo geral. Percepção essa que se tornava mais facilitada, precisamente, por parte daqueles visitantes que, suficientemente alfabetizados e cultos, poderiam compreender as mensagens e códigos, tanto dos objectos, como da própria forma em que os mesmos seriam apresentados.

Até 1867, ou, antes, até aos inícios dos anos setenta, e precisamente numa altura em que Possidónio regressaria à presidência da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, após uma ausência (aparentemente voluntária) de cerca de três anos, durante a qual procederia a determinadas intervenções arquitectónicas, de algum relevo, e conceberia alguns projectos relacionados com a publicação das suas primeiras obras de fundo, sobre a História da Arquitectura, em geral, o Museu do Carmo evidenciaria uma postura mais consonante às de muitos outros espaços museológicos europeus da primeira metade de XIX.

Durante essa altura, e sobretudo ao longo do seu primeiro quartel, seriam essencialmente os vestígios clássicos e medievais a serem procurados, estudados e quase sublimados. Facto que se poderia explicar pela necessidade sentida por

⁴ Vide Ana C. N. Martins, *Possidónio da Silva e a Memória...*, e, nomeadamente, o seu terceiro capítulo.

grande parte dos poderes europeus de demonstrar, não apenas a antiguidade das suas fronteiras, geográficas e políticas, como ainda a própria validade do seu pretenso estatuto de herdeiros – embora indirectos mas, sempre, de pleno direito –, da Antiguidade Clássica, sobretudo Romana, face às crescentes pretensões hegemónicas demonstradas pelo Império Napoleónico.

Assim sendo, seria compreensível que se revisitasse, conservasse e divulgasse todo o tipo de artefactos que evidenciasse essas mesmas pretensões nacionalistas, e se transformasse numa das temáticas preferenciais dos estudiosos dos seus respectivos países. Na verdade, essa, revelar-se-ia, uma das muitas formas encontradas para incutir, no mais vasto espectro populacional possível, a ideia de unidade, de verdadeira cumplicidade, entre a noção de nacionalidade e nação.⁵

E, essa, constituiria igualmente a principal característica do *Museu Archeologico do Carmo*, pelo menos até finais dos anos sessenta, com uma preocupação evidente em salvaguardar todo o género de resquício material que pudesse, de alguma forma, exaltar essa mesmas evidências, em território nacional.

Seria, sobretudo a partir dos inícios da década de setenta, que se constataria a entrada, no espaço da igreja arruinada do Carmo – sede da *Real Associação* e respectivo Museu –, de objectos reportáveis a outras épocas e realidades geográficas, temporais, históricas e culturais.

Assim, passariam a ser incluídos nas suas colecções alguns objectos móveis, com a designação, algo vaga e generalizada, *d'archeologia da idade da pedra*, para os quais, no entanto, não seria efectuado qualquer tipo de memória descritiva.⁶ De entre os primeiros desses artefactos, a serem ofertados ao Museu no ano de 1877, figurariam “dois machados de bronze da epocha prehistorica”,⁷ sem, contudo, referir-se a sua proveniência geográfica.

Interessante será verificar que Possidónio não faria incluir, no primeiro levantamento que realizaria, ainda em finais dos anos cinquenta, de monumentos históricos edificadas existentes no território português, precisamente os de características pré-históricas e proto-históricas.⁸ Omissão essa que poderia tornar-se tanto mais surpreendente, se pensarmos que, pelo menos desde o início da edição do órgão impresso oficial da *Real Associação*, o *Boletim de Architectura e Archeologia*, logo em meados de sessenta, seriam publicadas notícias de descobertas de artefactos,

⁵ Paul J. J. Sinclair, “Nationalism”, *The Oxford Companion to Archaeology*, Oxford, Oxford University Press, 1996, pp. 487-88.

⁶ “Synopsis”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. I, n.º 1, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères, 1876, p. 4

⁷ “Chronica”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. II, n.º 4, 1877, p. 61.

⁸ Sobre os pormenores subjacentes a esse primeiro levantamento, *vide*, Ana C. N. Martins, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica...*, e, nomeadamente, o seu primeiro capítulo, para além do artigo, Ana C. N. Martins, “Vicissitudes de um Levantamento de Monumentos Históricos”. No prelo.

imputáveis àquela época, e ocorridas, essencialmente, no estrangeiro.

Deveremos, no entanto, relembrar que, na altura, ainda parte significativa dos arqueólogos continuaria a atribuir aos celtas os vestígios materiais mais antigos encontrados na Europa Central. Situação essa que perduraria, pelo menos, até ao, historiograficamente considerado, *annus mirabilis* (1859), quando, científica e oficialmente, se instituiria a existência do homem primitivo, e sobre cujas investigações Possidónio certamente se encontraria a par, nomeadamente através da vasta bibliografia que ia adquirindo, além-fronteiras, e que faria parte da sua própria biblioteca pessoal.⁹

Entre aqueles investigadores, pontificaria, entre outros, o arqueólogo francês, Arcisse de Caumont (1802-1873), quem, relativamente ao território galês, consideraria os vestígios mais antigos de ocupação humana, como reportáveis, precisamente, à actividade celta. Concepção que incluiria, por exemplo, na sua obra, *Cours d'Antiquités Monumentales*, embora, posteriormente no, *Abécédaire*, já introduzisse a noção de homem quaternário, o que evidenciava uma notória apreensão dos estudos que, entretanto, tinham sido efectuados.¹⁰

Possidónio, por seu lado, negaria, já nas suas *Noções Elementares de Archeologia*, publicado em meados dos anos setenta, a atribuição dos monumentos megalíticos aos celtas.¹¹ Se, em Portugal durante a década de quarenta, estes seriam ainda considerados representantes da época mais antiga das actividades humanas,¹² os principais investigadores nacionais concordariam, já nos anos setenta, com a existência do homem primitivo, enquanto tal.¹³ Seria, doravante, que iriam surgir, embora de uma forma cautelosa, alguns trabalhos percursos no campo da arqueologia pré-histórica em Portugal, nomeadamente da autoria de algumas das principais figuras da *Comissão Geológica*, fundada na década de cinquenta, ao mesmo tempo que o Ministério das Obras Públicas.¹⁴

Quanto a Possidónio da Silva, mais especificamente, pensamos que, se a sua activa participação no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, decorrido em Itália no ano de 1872, e no âmbito do qual tomaria parte, entre outras actividades, nas escavações que os congressistas promoveriam em *palafitas*, pensamos que a viragem mais significativa na sua postura intelectual, rela-

⁹ “Monumentos célticos ou druidicos”, *O Panorama*, 3.ª série, n.º 2, 1853, pp. 52-3.

¹⁰ J. Déchelette, *Manuel d'Archeologie Préhistorique, Celtique et Gallo-Romaine*, t. I, Paris, Picard et Fils, 1908, p. VIII.

¹¹ Joaquim P. N. da Silva, *Noções Elementares de Archeologia*, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères, 1876, p. 5.

¹² J. C. N. C., “O Mundo Primitivo”, *O Panorama*, 2.ª série, n.º 1, Lisboa, 1842, pp. 246-47.

¹³ Júlio A. Henriques, *Antiguidade do Homem*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866.

¹⁴ Afonso do Paço, “Carlos Ribeiro”, *Dicionário de História de Portugal*, t. V, pp. 340-41; Id., “Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado”, *Dicionário da História de Portugal*, t. II, pp. 278-79.

vamente às questões da Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, ocorreria, no entanto, em 1867, ou seja, aquando da sua presença na Exposição Universal de Paris.¹⁵

Esse certame constituiria um verdadeiro marco no desenvolvimento da Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, porquanto, contrariamente à Exposição Universal de Londres, realizada em 1851,¹⁶ a de Paris incluiria uma secção exclusivamente dedicada a colecções de artefactos pré-históricos. A exposição desses objectos seria pensada e elaborada pelo arqueólogo francês Gabriel de Mortillet (1821-1898) – coadjuvado pelo investigador Édouard Lartet (1801-1871) –, quem, ademais, redigiria o seu catálogo, ao qual daria o significativo título de *Promenades Préhistoriques à l'Exposition Universelle*. Expressivo, porquanto denunciaria um espírito iminentemente romântico, que ainda subsistiria no seio de alguma classe de investigadores europeus, ao mesmo tempo que funcionaria como um forte apelo à curiosidade e imaginação do público, que em geral, pretendesse visitar a Exposição. Pretenderia, dessa forma, conferir um carácter menos científico às colecções pré-históricas, que seriam apresentadas no seu âmbito, sublinhando, antes de mais, o seu cunho pedagógico, atraindo, assim, um mais vasto e eclético público.

Não obstante, teriam sido expostos ao público, pela primeira vez na exposição londrina de 1851, factos que revelariam e confirmariam a importância crucial que os estudos geológicos passariam a deter na própria investigação arqueológica, de um modo geral, nomeadamente no que à antiguidade dos artefactos e vestígios ósseos se reportaria. Apresentar-se-ia, então, de uma forma inequívoca, aos visitantes daquele certame internacional, a legitimação científica da análise da evolução sequencial dos mais variados artefactos pré-históricos – mais do que “antediluvianos” –, mediante a observação da sua proveniência estratigráfica.

Essa demonstração revelar-se-ia de igual modo relevante, e por uma outra questão teórica. É que a estratigrafia – que, em última análise, auxiliava a própria metodologia tipológica e tecnológica, ao conferir-lhe legitimidade sequencial –, poderia demonstrar, simultaneamente, a singularidade do processo evolutivo a um nível micro-espacial. Isso seria o mesmo que dizer, a um nível regional, e até mesmo local, o que poderia, em última instância, concorrer para a afirmação de algumas pretensões políticas, ao nível regionalista e nacionalista. Seria a Geologia e a Arqueologia, uma vez mais, ao serviço da política, ou, melhor, a política a utilizar-se dos estudos dessas duas ciências, emergentes e afirmantes ao longo da centúria de oitocentos.¹⁷

¹⁵ A.H./A.A.P., *Correspondência Recebida*, n.º 157, 18/10/1867.

¹⁶ Glyn Daniel, *El Concepto de Prehistoria*, Barcelona, Editorial Labor, 1968, p. 52.

¹⁷ Alice B. Kehoe, *The Land of Prehistory. A Critical History of American Archaeology*, New York, Routledge, 1998, pp. 33-34.

Verificamos, assim, que, em termos conceptuais, os métodos de análise e seriação dos materiais encontrados, resumir-se-iam, doravante, ao estratigráfico, tecnológico e tipológico, efectuado de um ponto de vista estilístico e classificatório, num contexto de análise descritiva. Considerações essas que, no seu cômputo geral, conduziriam à delineação de uma cronologia de âmbito marcadamente cultural, mediante a realização de uma classificação homogénea e modelável. Considerações teórico-práticas essas que revelariam, na sua essência, os princípios do naturalismo e do evolucionismo, ou seja, a afirmação da lei do progresso geral da Humanidade, do desenvolvimento similar, bem como o da alta antiguidade do Homem.

Mas, o ano de 1867 revelar-se-ia igualmente o da inauguração do importante Museu das Antiguidades Nacionais de França, perspectivado e organizado pelo mesmo G. De Mortillet, em Saint-Germain-en-Layes, nos arredores de Paris. Museu que estimularia o surgimento de tantos outros, não apenas em solo francês, como nos demais países europeus, e ao qual não teria sido, certamente, insensível o próprio Possidónio da Silva, tendo havido, mesmo, a possibilidade de o ter visitado durante a celebração daquela exposição universal. Ademais, seria, precisamente a partir de então, que, para além de outros importantíssimos nomes da Antropologia, Etnografia e Arqueologia europeias, Possidónio passaria a corresponder-se, assiduamente, com aquele arqueólogo francês.

O público contemplaria, então, pela primeira vez, objectos executados pelos seus antepassados mais remotos, o que suscitaria, de forma inevitável, a sua curiosidade, nomeadamente sobre a arte parietal, porque evidenciadora de um pensamento abstracto, até então considerado uma capacidade exclusiva do Homem Contemporâneo.¹⁸

Parece-nos igualmente revelador que as *Promenades* fossem incluídas na denominada *Galérie de l'Histoire du Travail*, no âmbito da citada Exposição Universal.¹⁹ A Antropologia e a Arqueologia passariam, doravante, e numa época em que as duas ciências se encontravam intimamente ligadas – sobretudo ao nível da concepção de Antropologia Pré-Histórica (recordemos, a título meramente exemplificativo, os casos dos investigadores alemães Schuffhagen e Virchow, ambos dedicando-se a essas duas disciplinas) –, a serem utilizadas politicamente.

Esse emprego político seria realizado, entre outras formas, ao demonstrar-se uma pretensa equiparação entre resquícios materiais de populações, há muito

¹⁸ *The Story of Archaeology*, ed. Paul Bahn, London, Phoenix Illustrated, 1997, Colin-Simard, p. 56; *Découverte Archéologique de la France*, Paris, Le Livre Contemporain-Amoit-Dumont, 1957, p. 57.

¹⁹ Glyn Daniel, *El Concepto de Prehistoria*, p. 51.

extintas, em solo europeu, e as suas mais diversificadas utilizações observáveis no seio de diferentes comunidades dos denominados “primitivos actuais”, espalhados um pouco por todo o nosso globo.²⁰

Essa comparação não adviria, no entanto, de uma mera curiosidade intelectual, nem tão pouco em exclusiva consequência de uma premência interior, manifestada por alguns investigadores europeus, no sentido de serem encontradas respostas às muitas questões que iam surgindo, aquando da descoberta e estudo de alguns dos artefactos encontrados durante escavações, realizadas em diferentes países europeus.

Essa constituiria, inegavelmente, a principal razão pela qual se procedia a esse tipo de estudo comparativo, ou seja, tentando encontrar uma explicação utilitária para alguns dos objectos encontrados nas escavações arqueológicas, ao mesmo tempo que descortinando, por detrás deles, as mais eclécticas vivências quotidianas. Na verdade, sem a contínua recorrência a essa metodologia de abordagem revelava-se, frequentemente, difícil vislumbrar a sua elucidação racional, positivista. Não deveremos, no entanto, subestimar, ou até mesmo, obviar, interesses de outra índole que se encontrariam subjacentes a esse frequente apelo comparativo, exercido a um nível etnográfico.

Ao procurar estabelecer paralelos lineares entre os vestígios materiais de comunidades pré-históricas europeias, e os empregados por comunidades existentes nas mais diversas colónias europeias, tanto do continente africano, como americano e da Oceânia, alguns investigadores europeus pretenderiam, efectivamente, demonstrar a sua superioridade cultural, quando, não mesmo, racial. Perspectivava-se, assim, legitimar, simultaneamente, o próprio domínio colonial ocidental sobre aqueles mesmos agrupamentos humanos, porquanto considerados inferiores, inaptos e, muito naturalmente, alvos lógicos de uma interferência exterior para o despontar do seu próprio desenvolvimento, nomeadamente tecnológico.²¹

Evidentemente que, subjacentes a essa postura, estariam desígnios claramente comerciais, manifestados pela crescente e preponderante burguesia europeia, na sua ávida busca de novos mercados, não apenas fornecedores de abundantes, díspares e baratas matérias-primas e mão-de-obra, como, sobretudo, de escoamento dos produtos, frequentemente produzidos pelos próprios colonizados.

Seria a Antropologia e a Arqueologia ao serviço – embora indirectamente

²⁰ E. E. Evans-Pritchard, *História do Pensamento Antropológico*, Lisboa, Ed. 70, 1981, p. 43, 49, 52-53, 75-76, 104, 108, 111.

²¹ Bruno Beguet, “La Vulgarisation Scientifique en France de 1850 à 1914: contexte, conceptions et procédés”, *La Science pour Tous (1850-1914)*, Paris, Bibliothèque du C.N.A.M., 1990, p. 7; Catherine Benedic, “Le Monde des Vulgarisateurs”, *La Science pour Tous (1850-1914)*, p. 31; H. S. Saint-Cernin, *Ordre et Desordre a Saint-Germain-e-Laye au XIXème Siècle*, t.I, Saint-Germain-e-Laye, Les Cahiers de l’Université Libre de Saint-Germain-en-Laye, 1919, p. 33.

–, dos propósitos económicos de um novo poder, que se ia institucionalizando um pouco por todos os países ocidentais, e se alastrava às restantes zonas geográficas.

Essa preponderância enquadrar-se-ia, ademais, e de forma harmoniosa, na doutrina oitocentista do progresso generalizador da humanidade. Progresso esse que poderia ser constatado mediante a apresentação da sucessão evolutiva das camadas geológicas, bem como dos correspondentes conjuntos arqueológicos, existentes nessa mesma evolução estratigráfica, e preferencialmente, desde os tempos primitivos.²²

Essa postura basear-se-ia numa *praxis* evolucionista, essencialmente propugnada pela denominada arqueologia vitoriana, profundamente enraizada em doutrinas racistas, referentes ao progresso linear da Humanidade até à era industrial. Analisavam-se, assim, as sociedades não-europeias, partindo do princípio de que seriam biologicamente inferiores, donde, menos capacitadas para acompanhar esse mesmo processo desenvolvimentista, evolucionista, mais do que de progresso, que pressupunha a existência de verdadeiros “saltos” nesse mesmo *continuum*. Progresso que seria somente possível, nessas comunidades, com a interferência directa de outras, cultural e racialmente superiores, ou seja, mediante a aplicação dos mais diversos conhecimentos ocidentais.

Essa posição alcançaria o seu auge na elaboração do denominado *darwinismo social*, por mão do filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), na base do qual residiria uma profunda crença do papel determinante que a luta pela sobrevivência e a “lei do mais forte” assumiriam em todo o processo evolutivo dos grupos humanos. Convicção que poderia encontrar as suas mais profundas e directas raízes, não propriamente nas teorizações do próprio Charles Darwin (1809-1882), mas, antes de tudo, em conceptualizações do naturalista, político e filósofo inglês, John Lubbock (1834-1913). Com efeito, e segundo este pensador, as diferenças observáveis no seio dos mais diversos grupos humanos não derivariam apenas de meras diferenças culturais, mas, sobretudo, das capacidades biológicas dos seus respectivos membros em utilizar todo um preexistente potencial cultural, supostamente colocado ao seu dispor.

Embora o século dezanove se encontrasse, em termos filosóficos, notoriamente distante de visões medievais, ele assimilaria pressupostos anteriores, como o da concepção de algumas dessas comunidades enquanto uma verdadeira materialização do quadro bíblico do castigo imposto aos humanos pela perpetração do pecado original. Assim, competiria aos europeus oitocentistas resgatar, de alguma forma, essas populações daquele seu destino, numa postura iminentemen-

²² Glyn Daniel, *Un Siglo y Medio de Arqueologia*, Ciudad del Mexico, Fundo de Cultura Economica, 1975, pp. 111-112; Brian M. Fagan, “Archaeology and Non-Western Societies”, *The Oxford Companion to Archaeology*, pp. 505-506.

te positivista e paternalista, nomeadamente por considerarem a cultura material e mental daqueles grupos humanos como legítimas representações de todo um passado europeu.

Não poderemos, contudo, olvidar a enorme influência que as *Promenades* (*Vide supra*) teriam sobre a vivência religiosa das populações ocidentais, nomeadamente das suas camadas culturalmente mais esclarecidas. Ao estabelecer, quer uma maior antiguidade da Terra, dos seres vivos, em geral, e, sobretudo, do Homem, para além da própria noção de Homem Pré-histórico, a Paleontologia, Antropologia e Arqueologia Pré-históricas fariam frente às concepções eclesiásticas, então ainda preponderantes e geralmente aceites. Seria, no fundo, a afirmação da casualidade da Natureza, por oposição ao *Creacionismo*, num contexto de – ainda –, claro domínio de toda uma cultura judaico-cristã.

Assim, num ano – 1867 –, em que a Arqueologia atingiria o que poderíamos designar de “maioridade”, Possidónio teria a oportunidade de contactar, proximalmente, não apenas com todo aquele somatório de evidências científicas, como, ainda, com os principais organizadores da sua exposição.

A sua presença nesse evento internacional alcançaria tal significado nas suas futuras actividades, que, e sobretudo a partir dos anos setenta, se denotaria um crescente número de notícias respeitantes às descobertas arqueológicas daquele período da História da Humanidade incluídas no *Boletim de Architectura e Archeologia*. Essa importância traduzir-se-ia, igualmente, no envio que Possidónio faria para a Exposição Universal de Paris, de 1878, e a pedido expresso dos seus principais organizadores,²³ “[d]o que podessemos em objectos prehistoricos”.²⁴ A *Real Associação* optaria, então, por remeter sessenta objectos. Certame esse para o qual concorreria outra personalidade da nossa investigação arqueológica, Carlos Ribeiro, apresentando noventa e cinco objectos, provenientes das escavações que efectuara nos concheiros de Muge.

2. A COLECÇÃO ANTROPOLÓGICA DO MUSEU ARCHEOLOGICO DO CARMO

Mas não seriam apenas os estudos pré-históricos, em si, que passariam a ocupar um lugar de destaque nos números do *Boletim de Architectura e Archeo-*

²³ É. Cartailhac, “Exposition International de 1878”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. II, n.º 4, 1877, p. 63. Ver também “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. II, n.º 5, 1878, p. 79; Glyn Daniel, *Un Siglo y Medio de Arqueologia*, Ciudad del Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1975, p. 94.

²⁴ A.H./A.A.P., *Actas da Assembleia geral*, n.º 90, 27/12/1877.

logia. Doravante, passariam, de igual modo, a pontificar artigos versando sobre temáticas mais abrangentes, relacionadas com as investigações antropológicas, embora as duas vertentes não pudessem ser inelutavelmente apartadas, sobretudo no que à Antropologia cultural, pré-histórica, respeitava.

Embora as questões inerentes a essa disciplina viessem a ser abordadas desde há algum tempo, tanto em conferências internacionais – nas quais o próprio Possidónio participaria –, como nas mais variadas publicações que, crescentemente, surgiam a lume, como a revista, dirigida pelo mesmo G. de Mortillet, sugestivamente intitulada, *Matériaux pour l'Histoire Primitive et Naturelle de l'Homme* – e cujos números Possidónio receberia periodicamente –, a Exposição Universal de 1867 proporcionaria aos seus visitantes uma outra visão antropológica das comunidades humanas existentes nos diversos continentes.

A exposição antropológica de 1867, não seria, no entanto, indissociável da arqueológica. Essa postura metodológica seria perfeitamente compreensível numa altura em que as duas disciplinas ainda não se encontrariam liminarmente separadas. Sobretudo a Arqueologia necessitaria dos dados provenientes da Antropologia comparada – quer através de observações directas, como ainda mediante a análise de relatos, de carácter etnográfico, incluídos nalguma da denominada “literatura de viagem”, desde o século XV –, para conferir uma lógica e um sentido a muitos dos materiais que iam sendo postos a descobertos nalgumas escavações, entretanto efectuadas em solo europeu.

Mas, por seu turno os próprios artefactos arqueológicos poderiam conferir uma materialização, à luz das concepções positivistas da época, a algumas das mais importantes formulações teóricas antropológicas. Assim, aqueles ilustrariam o próprio paradigma evolucionista linear, tipicamente vitoriano, das comunidades humanas, que seria conceptualizado por nomes, como os do etnólogo britânico E. B. Tylor (1832-1917), do antropólogo norte-americano L. H. Morgan (1818-1881), ou até mesmo do teórico alemão, F. Engels (1820-1895). Paradigma teórico esse que seria traduzido, entre outros, no esquema evolutivo das sociedades primevas, desde o seu estado “selvagem”, passando pela barbárie, até à civilização, unicamente alcançado pela sociedade ocidental industrial, no seio da qual seria a Inglaterra a prevalecer.

Esse modelo conceptual seria transmitido, não apenas através de meios mais académicos, como, sobretudo, mediante a sua demonstração pública, de uma forma mais elucidativa, pedagógica, enquanto meio de transmissão da sua principal mensagem ao mais amplo número possível de cidadãos.

E, no âmbito desse mesmo propósito educativo das grandes massas populacionais, o Museu passaria a ocupar um lugar de notório destaque.

O surgimento e afirmação dos espaços museológicos ao longo de oitocentos, constituiria, no fundo, a materialização da própria democratização das sociedades

ocidentais, do suposto direito de todos os cidadãos à educação, no âmbito de um novo espírito liberal, cimentado sobretudo após a revolução de 1789, e subsequentes acontecimentos políticos, que iriam abalar e modificar, de forma profunda e irreversível, o modo de pensar, ser e estar da maioria dos cidadãos europeus, que entreveriam a nossa contemporaneidade.

Para além disso, os museus possibilitariam o acesso populacional a qualquer tipo de informação de carácter científico-filosófico, ou, pelo menos, daquele que, institucionalmente, se considerava pertinente tornar público, por razões circunstanciais e de semblante ideológico.

O museu passaria, ainda, a servir um propósito iminente cívico, ou seja, de elo de ligação entre um passado, recentemente vilipendiado, censurado, e até mesmo renegado, com o presente, perfeito de novas concepções políticas, sociais, ideológicas, culturais e, até mesmo, religiosas e morais, e o próprio futuro recente, de cujo valimento e perpetuação dependeria a forma como as novas gerações se reveriam no passado dos seus países, tornado glorioso e superior, comparativamente aos demais. Seria, em última análise, uma questão de sobrevivência geográfica, política, cultural, da própria identidade nacional dos países europeus.

Até finais de setecentos, os espaços, denominados “museus”, seriam considerados um privilégio de poucos, de personalidades diletantes e intelectualmente curiosas, com um pecúlio suficientemente convincente para coleccionarem os mais diversos espécimes, recolhidos um pouco por todas as paragens geográficas, como se de verdadeiros troféus de caça se tratassem num exercício de rivalidade implícita. Rivalidade que cresceria a ponto dos mais célebres desses “museus” se transformarem em verdadeiros instrumentos de competição, não apenas entre diferentes países, como até entre diversas casas aristocráticas e burguesas, como sinónimo do seu próprio poder político-social.

Contudo, e com uma evidente germinação na fundação de museus no seio de alguns estabelecimentos científicos, ainda ao longo da centúria de setecentos, e nomeadamente nos adjacentes a Academias e Laboratórios, que possuíam, entre outras, colecções antropológicas e zoológicas (recordemos, a título de exemplo, o caso do Museu de História Natural, de Paris), seria, sobretudo a partir da institucionalização do novo poder liberal, que o Museu passaria de um domínio estritamente individual, particular, ou institucional, para o público.

Essa mudança teria subjacente a si um quadro teórico, que advinha, inegavelmente, de propósitos políticos bem definidos. Com efeito, essa transformar-se-ia numa evidente demonstração pública da teoria da evolução, e do próprio progresso, em direcção a um futuro melhor. Teorização essa que, ademais, se revelava expressamente contrária a uma certa mentalidade religiosa, ainda preponderante, que via no passado – e numa tradição, que procedia desde, pelo menos, a Grécia Antiga –, a verdadeira “idade de ouro”, há muito e irremediavel-

mente perdida para a felicidade e perspectivas humanas.

Tanto a sucessão tipológico-tecnológico-temporal dos artefactos arqueológicos – alcançada mediante a análise do posicionamento estratigráfico dos artefactos, assim seriados –, como a própria constatação da existência de diversos estádios evolutivos, verificados no seio das mais diversificadas comunidades humanas como, ainda, e sobretudo, a correspondência estabelecida entre aqueles conjuntos materiais e os humanos, tornavam-se factores demonstrativos, de forma inelutável e inegável, da validade daquele mesmo quadro teórico.

Tornava-se, então, necessário elaborar um sistema operatório e pragmático da própria exposição museológica, que permitisse uma mais fácil e inequívoca elucidação e apreensão dessas mesmas premissas por parte do grande público, sobretudo do menos esclarecido, cultural e cientificamente.

A forma mais prática de o conceber, seria expor os materiais num espírito iminentemente positivista. Mas, se este requereria que aqueles conjuntos pudessem, pretensamente, “falar por si próprios”, tornava-se igualmente indispensável inseri-los num processo metodológico e contextual que lhes conferisse uma lógica própria, uma vida própria.

Não obstante, essa opção não adviria somente da necessidade de possibilitar aos visitantes menos prevenidos, para os quais, aliás, aquela postura positivista teria um significado mínimo, porquanto dirigido, essencialmente, a todos os que se encontrassem imbuídos dos códigos interpretativos das realidades expostas, uma visão mais esclarecedora dos materiais expostos. A implementação dessa concepção expositora tornava-se de igual modo evidente, pelo facto de que, ao retirar os artefactos do seu contexto natural, primordial, eles deixariam, por inerência, de transmitir, por si sós, a(s) mensagem(ns) que os mesmos encerrariam, quando vivenciados.

Por forma a retorná-los ao seu contexto inicial (se tal fosse, efectivamente, possível), ou, em muitos casos, àquele no qual os investigadores pretenderiam, pontualmente, encerrá-los, adequando-os a determinados quadros teóricos, acomodando-os a paradigmas unanimemente aceites pela comunidade científica, haveria que incluí-los num contexto expositor que os tornasse perceptíveis a todos os visitantes.

Seria, assim, que, na Exposição Universal de 1867, seriam dispostas reproduções, à escala natural, de *habitats* humanos, ao longo do corredor semicircular do *Trocadero*. Através desse percurso, os frequentadores seriam induzidos a transportarem-se desde as épocas mais remotas (menos conhecidas), ou seja, das formas sociais, ditas, mais primitivas, até à era industrial (mais conhecida), isto é, até ao estádio evolutivo mais avançado.

Conjuntos esses que incluiriam, não apenas os artefactos que, acreditava-se, teriam caracterizado as épocas representadas, como o seu eventual ecossistema,

mediante a aplicação de dioramas, com a reprodução pictórica da fauna e flora das épocas evocadas. Para além de se pretender vivificar, dessa maneira, os quadros evocativos dos diversos *habitats* humanos, essas reproduções possibilitavam igualmente aos visitantes deduzirem, por eles próprios, e num espírito iminentemente positivista, entre outras conclusões, as possibilidades alimentares que estariam ao alcance das comunidades humanas, em cada época da evolução da Humanidade.

Mas, o que despertaria mais a atenção do visitante seria, precisamente, o facto de serem igualmente inseridos, para além de reproduções dos seres humanos, utilizadores desses mesmos materiais, representantes, vivos, de algumas das mais exóticas paragens do Mundo, como índios, africanos e esquimós, evidenciando, e ilustrando, os mais diversos estádios da evolução histórico-cultural.

Estabelecia-se, dessa maneira, e de uma forma ainda mais evidente, uma correspondência, quase linear, entre o estádio evolutivo da cultura material, com os próprios grupos raciais, pontificados, de forma inequívoca, pelos europeus.

Assim sendo, o enquadramento teórico, que se revelaria a própria exposição, confirmaria e validaria, não apenas a teoria evolucionista das comunidades humanas, como, também, a difusionista. Esta última seria efectuada através da legitimação da política colonial de oitocentos, justificando-a enquanto a expressão da supremacia europeia sobre os demais grupos humanos, que deveriam acatá-la enquanto, supostamente, única forma de sobrevivência, num meio crescentemente competitivo e a uma escala verdadeiramente mundial.

Para além dessa evidência, pretendia-se igualmente sublinhar, de forma ainda mais notória, e à semelhança de outras exposições, universais e nacionais –realizadas anteriormente a 1867, e nas quais teriam sido expostas, pela primeira vez, não somente reconstituições de animais pré-históricos e seus respectivos *habitats* naturais, como, sobretudo, animais característicos das mais diversas colónias europeias –,²⁵ a dimensão que o poder colonial poderia assumir, nomeadamente ao expor, de maneira explícita e pública, exemplares humanos, provenientes daquelas mesmas paragens.

Evidentemente, que Possidónio da Silva não terá permanecido indiferente a todas essas representações visuais, nem tão pouco aos quadros teóricos que lhes estariam subjacentes.

Despertando, então, definitivamente, para a importância desse tipo de abordagem na educação das populações, num novo espírito positivista, evolucionista e difusionista, Possidónio tentaria incluir, nas colecções do *Museu Archeologico*

²⁵ Stephanie Moser, "The Dilemma of Didactic Displays: Habitat Dioramas, Life-groups and Reconstructions of the Past", *Making Early Histories in Museums*, ed. Nick Merriman, Leicester, Leicester University Press, 1999, pp. 96-98; Yvette Gayraud-Valy, *The Story of Fossils. In Search of Vanished Worlds*, Paris, Gallimard, 1987, pp. 90-95.

do Carmo, alguns materiais antropológicos.

Seria, igualmente a partir de inícios de setenta, que solicitaria, pessoalmente, a algumas das personalidades mais influentes do Portugal e Brasil de oitocentos, e com as quais vinha mantendo relações de amizade e cordialidade,²⁶ no sentido, precisamente, de concorrerem com alguns objectos antropológicos para o aumento do espólio do Museu do Carmo.

Esse facto não impediria, contudo, que alguns desses materiais recaíssem, ainda, numa certa classificação, que poderíamos denominar de “zoológica”, essencialmente característica da cultura científica de setecentos, e, ainda, parte significativa de oitocentos.²⁷

O interesse e apreço demonstrados por Possidónio por essa categoria de materiais, tornar-se-ia, assim, concebível, se pensarmos que, e ainda no âmbito da mencionada Exposição Universal de 1867, se teria criado uma amostragem dos mais recentes resultados materiais das investigações inerentes à ciência antropológica, como já referimos anteriormente.²⁸

Ao crescimento desse interesse, não terá sido, certamente, alheio o próprio desenvolvimento dessa, então, jovem disciplina.

Na verdade, Possidónio participaria nalguns dos seus mais significativos congressos internacionais, promovidos durante a segunda metade de oitocentos. Seria, por exemplo, o caso do ocorrido em Nancy, no ano de 1875, e cuja temática central versaria, precisamente, sobre a *Ethnographie des Races Indigènes du Nouveau-Monde*.²⁹

O seu debate tornar-se-ia particularmente relevante, porquanto surgiria, um pouco, no seguimento de toda uma súpula de observações, que vinham sendo efectuadas desde, pelo menos, o início do processo dos Descobrimentos. Por outro lado, não deveremos olvidar que os povos da América tinham, desde sempre, suscitado o interesse e curiosidade dos europeus, acreditando estarem algumas dessas comunidades mais perto da primitividade e pureza narradas nos textos bíblicos. “Idade de Ouro” essa que seria proclamada e sublimada por autores iluministas como, por exemplo, J.-J. Rousseau, ou até mesmo Voltaire, na sua eterna procura do “beau sauvage”.

O interesse científico que os materiais provenientes dessa zona suscitariam no seio da comunidade intelectual científica europeia, adviria igualmente de uma

²⁶ Ana C. N. Martins, “O Brasil na Vida e Obra de Possidónio da Silva”, *Olisipo*, n. 5, Lisboa, C.M.L./G.E.O., 2000. No prelo.

²⁷ A.H./A.A.P., *Actas da Assembleia Geral*, n.º 113, 3/6/1884.

²⁸ “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. III, n.º 1, 1880, p. 13.

²⁹ *Congrès International des Américanistes*, Paris, Maisonnien et C.ie, 1875; M. A. Quatrefages, *Rapport sur les Progrès de l'Anthropologie*, Paris, Imprimerie Impériale, 1867.

crença, então profundamente defendida e difundida por uma larga faixa do seu tecido, segundo a qual os índios americanos (sobretudo do Sul), não teriam sido afectados pelo fenómeno do Dilúvio. Viveriam, assim, acreditavam, num estado de desenvolvimento considerado verdadeiramente “primitivo” e ilustrativo da própria Pré-história europeia, como se tivessem cristalizado no tempo.³⁰

Contudo, se alguns desses autores pretendiam acentuar a validade de esquemas evolutivos – diremos, antes, involutivos –, como os concebidos pelo poeta grego, Hesíodo (séc. VIII a. C.), os positivistas de oitocentos pretendiam objectivar a análise dessas mesmas comunidades, precisamente enquanto a prova inabalável do paradigma evolutivo. Ademais, seria com base nesses estudos comparativos que se conceberiam os primeiros esquemas teóricos da evolução da Humanidade, desde a selvajaria até à civilização, aos quais já fizemos alusão anteriormente (*Vide supra*).

Na sequência dos seus esforços particulares, Possidónio obteria, por exemplo, o depósito temporário da cópia de um dos crânios provenientes das Novas Hébridas, na Oceânia, pertencente à colecção particular do rei D. Luís.³¹ Essa obtenção confirmava, para além de tudo o mais, o forte capital social que Possidónio possuiria, bem como a ascendência que deteria no seio da própria Casa Real portuguesa.

Mas, esses, não se revelariam os únicos objectos que Possidónio adquiriria para o Museu associativo.

Fazendo-se valer de todo um círculo de conhecimentos que teria reunido e cimentado, desde a sua permanência em terras brasileiras, ou seja, e de forma mais contínua, entre 1807 e 1821, e que cultivaria posteriormente, após o seu retorno a Lisboa, Possidónio conseguiria que fossem ofertados ao Museu do Carmo materiais utilizados por algumas tribos amazónicas.³²

Mediante uma leitura atenta do catálogo do Museu do Carmo, publicado em 1891,³³ verificamos que, no “Mostrador redondo E” (denunciando uma notória acuidade na sua conservação), localizado na primeira capela do edifício, do lado do ponte, figurariam aquelas que, muito significativamente, seriam intituladas “Antiguidades da América”. Nessa classificação, far-se-iam incluir materiais tão díspares como figuras de reis do México; vasos com diferentes utilizações; máscara de feiticeiro azteca; ídolos de pedra e de argila; tecidos coloridos, etc.

Seria um dos sócios mais destacados da *Real Associação*, o Visconde de S. Januário, quem ofertaria esse conjunto de antiguidades mexicanas e peruanas ao

³⁰ Kenneth Feder, *Frauds, Myths, and Mysteries. Science and Pseudocience in Archaeology*, Mayfield, Mayfield Publishing Company, 1995, pp. 76-77.

³¹ “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. III, n.º 1, 1880, p. 13.

³² “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. IV, n.º 4, 1883, p. 64.

³³ *Catalogo do Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Lisboa, Typographia Universal, 1891.

Museu do Carmo, entre as quais se destacariam, desde logo, duas múmias, uma de mulher, e outra de criança.³⁴

Esses objectos seriam por demais importantes, porquanto se poderiam conformar, perfeitamente, a todo um redespertar europeu relativamente às comunidades indígenas daquela zona geográfica. Para além disso, seria uma forma de, embora indirectamente, sublinhar, uma vez mais, a supremacia europeia – e, sobretudo a portuguesa, no caso dos materiais provenientes de tribos amazónicas –, sobre esses mesmos grupos humanos, ao mesmo tempo que se afirmava a legitimidade da antiga ocupação europeia daqueles mesmos territórios.

Esse conjunto de materiais antropológicos revelar-se-ia particularmente prestigiador para aquela agremiação cultural, nomeadamente por ter conduzindo a animadas discussões académicas em torno das suas particularidades formais. Debates que seriam promovidos no próprio seio associativo, e que catalisariam o interesse e a presença de alguns dos mais destacados investigadores nacionais.³⁵

Esse apreço poderá ser facilmente compreendido, se atendermos ao facto de que as culturas sul-americanas suscitariam, desde sempre, um particular fascínio sobre os investigadores europeus. Interesse que, em grande parte, despontaria pelas razões anteriormente evocadas, de entre as quais poderemos destacar a própria simplicidade da estrutura vivencial das comunidades observadas, que, supunha-se, se encontraria mais próxima do que se julgava ter constituído o quotidiano dos grupos humanos há muito desaparecidos, e nomeadamente dos pré-históricos.

Seria, contudo, apenas uma minoria privilegiada da sociedade, de então, que se poderia arvorar possuir algumas dessas antiguidades, e, muito menos, expô-las ao público, em geral.

O interesse revelado pelos objectos oriundos da América do Sul remontaria, na essencialidade, ao século XVI. Com efeito, seria no seio das denominadas *Wunderkammer*, ou “gabinetes de curiosidades”, que esses materiais surgiriam inseridos, ainda, nas longas e variadas séries de fósseis, minerais, bem como de uma longa listagem de materiais arqueológicos e etnográficos, de significado generalizado e desconhecido.³⁶

Mas, se, então, esses mesmos objectos seriam, ainda, analisados enquanto curiosidades e raridades, e frequentemente como consequências de um qualquer

³⁴ “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. III, n.º 1, 1880, p. 13; “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. IV, n.º 8, 1884, p. 126.

³⁵ Krsysztof Pomian, *Collectionneurs, Amateurs et Curieux. Paris, Venise: XVI.e-XVIII.e Siècle*, Paris, Éd. Gallimard, 1987, pp. 109-110.

³⁶ O. Impy, A. MacGregor, *The Origins of Museums*, Oxford, Clarendon Press, 1985, p. 151; Krsysztof Pomian, *Collectionneurs...*, p. 95. Alain Schnapp, *La Conquête du Passé*, Paris, Édition Carré, 1993, p. 168; Antoine Schnapper, *Le Géant, la Licorne et la Tulipe*, Paris, Flammarion, 1988, p. 105.

fenómeno natural, em oitocentos eram já estudados na sua verdadeira asserção, ou seja, enquanto produtos da acção humana, numa postura iminente positivista, embora a Etnografia adquirisse o estatuto de ciência autónoma unicamente em meados dessa mesma centúria.³⁷

Os museus europeus que, como no caso do Carmo, possuísssem esses exemplares, possibilitavam aos seus visitantes uma visualização metodológica de uma hipotética correlação entre o desenvolvimento do tipo físico de algumas comunidades humanas e os materiais utilitários pré-históricos. Sublinhar-se-ia, dessa forma, o processo evolutivo da Humanidade, ao mesmo tempo que se justificava, de alguma maneira, o colonialismo ocidental. Demonstração que seria realizada, nomeadamente, ao explicitar-se a disparidade desenvolvimentista contemporânea, que se constatava, então, entre ambas essas as realidades, segundo os parâmetros ocidentais.³⁸

Segundo esse ponto de vista, o denominado estádio selvagem seria considerado um atraso nesse mesmo processo de desenvolvimento, enquanto um seu estádio verdadeiramente “primitivo”. Aceitando essa premissa, legitimava-se a colonização europeia como forma de proceder ao seu desenvolvimento. Não devemos, por isso, obviar todas essas questões ideológicas, as quais, inevitavelmente, se encontrariam na base da criação de colecções etnográficas, ou de Antropologia Cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Museu do Carmo afastava-se, assim, de museus similares ao de Alexandre Lenoir, bem como da própria concepção museológica de Arcisse de Caumont, no seio dos quais não se integravam quaisquer materiais estrangeiros.³⁹ Ao rebuscar a arqueologia pré-histórica, grega, romana, egípcia, mesopotâmica, etrusca, fenícia, etc., para além da medieval e moderna, o Museu do Carmo assumia o seu papel iminente pedagógico, tal como o teriam feito o Louvre e o British Museum, nomeadamente ao albergar no seu interior materiais de interesse antropológico.⁴⁰

³⁷ Annie-Marie Laurens, Krzysztof Pomian, *L'Anticomanie. La collection d'antiquités aux 18e et 19e siècles*, Paris, E.E.H.E.S.S., 1992, p. 64. Roland Schaer, *L'Invention des Musées*, Paris, Gallimard, 1996, p. 96.

³⁸ Isabelle Guarin, “Du Rapt Légitimé des «Sujets d'Étude Vivants»”, *Les Collections. Fables et Programmes*, dir. Jacques Guillaume, Paris, Ed. Champ Vallon, 1993, p. 79; Annie-Marie Laurens, K. Pomian, *idem*, p. 59; Krzysztof Pomian, *Collectionneurs...*, pp. 311-12.

³⁹ Chantal Georgel, “Le Musée et les Musées, un Projet pour le XIXème Siècle”, *La Jeunesse des Musées. Les Musées de France aux XIXème Siècle*, dir. Chantal Georgel, Paris, Musée D'Orsay, 1994, p. 19.

⁴⁰ Annie-Marie Laurens, Krzysztof, *op. cit.*, p. 134.

O Carmo constituiria o que alguns autores designam por museu arqueológico-tecnológico, e não, propriamente, arqueológico-artístico, porquanto o número representativo de peças pré-históricas e antropológicas, em geral, e de antiguidades nacionais, em particular, suplantaria o reportável aos artefactos da antiguidade pré-clássica e clássica.⁴¹

O Museu do Carmo parecia constituir, simultaneamente, uma certa evocação dos antigos gabinetes de curiosidades.⁴² Com efeito, ao introduzir nas suas instalações materiais tão ecléticos, como manuscritos, faianças modernas, pintura de cavalete, instrumentos musicais (ainda que possuindo um valor histórico-etnográfico indismantável, nomeadamente por pertencerem à Antiga China),⁴³ para além “des colléctions d’Histoire Naturelle, géologiques, Minerales, etc.”,⁴⁴ ele aproximar-se-ia, de uma forma notória, dos anteriores *Wunderkammer*.

Independentemente de todas as premissas teóricas e ideológicas que pudessem ter estado subjacentes ao início da colecção antropológica do Museu do Carmo, facto é que ela cresceria à medida do desenvolvimento da própria Antropologia, de um modo geral, bem como das possibilidades associativas em adquirir exemplares musealizáveis. Constituiria, contudo, um foco de inegável curiosidade, que, ademais, contribuiria para o fomentar e cimentar do interesse generalizado por essa ciência no nosso território.

Finalmente, não podemos deixar de sublinhar que Possidónio da Silva manteria, desde cedo, um estreito contacto com alguns dos nomes europeus que mais significativamente contribuiriam para a afirmação e posterior desenvolvimento das ciências antropológica e etnográfica, em geral, bem como dos estudos das antigas civilizações da América Latina, muito particularmente. Seria o caso, entre outros, de Léon de Rosny, orientalista e americanista francês, um dos principais fundadores da *Société Américaine de France*, especialmente vocacionada para aquele tipo de estudos, bem como da *Société d’Éthnographie*, da qual, aliás, Possidónio seria nomeado representante em território português. Entre as suas múltiplas actividades e interesses científicos, L. de Rosny ficaria conhecido pelas investigações que encetaria no âmbito da decifração dos manuscritos maias.

Factos esses que demonstravam, de forma bastante evidente, e para além do eclectismo dos interesses intelectuais demonstrados por Possidónio, o seu verda-

⁴¹ Id., *Idem*, p. 67; *Le Musée Archéologique*, Paris, Ernest Lenoux, 1875, p. 1.

⁴² P. Marot, “Les Origines d’un Musée d’«Antiquités Nationales», de la Protéction du «Palais des Thermes» à l’institution du «Musée de Cluny»”, *Mémoires de la Société Nationale des Antiquaires de France*, 9ème série, t. IV, Paris, Librairie Klincksieck, 1969, p. 326.

⁴³ Valentim J. Correia, “Relatório”, *Boletim de Architectura...*, 2.ª série, t. I, n.º 6, 1875, p. 90.

⁴⁴ I.A.N./T.T., *Correspondência Litterária e Scientífica de J. Possidonio N. da Silva*, t. IV, em 4.ª, doc. 2761-b, 1878; A.H./A.A.P., *Actas do Conselho Facultativo*, n.º 151, 21/1/1882.

deiro empenhamento, não apenas em actualizar-se em todos esses domínios do conhecimento do ser humano e da sua História, como, ainda, na sua implementação no nosso país. Desiderato esse que realizaria, entre outros âmbitos, no seio das próprias colecções do *Museu Archeologico do Carmo*, formadas à medida da evolução das ciências que lhes estariam subjacentes.

REFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E BIBLIOGRÁFICAS

1.

AH/AAP (Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses).
I.A.N./T.T., *Correspondência Litterária e Scientífica de J. Possidonio N. da Silva*.

2.

- BEGUET, Bruno (1990) – “La Vulgarisation Scientifique en France de 1850 à 1914: contexte, conceptions et procédés”, *La Science pour Tous (1850-1914)*, Paris, Bibliothèque du C.N.A.M.
- BENEDIC, Catherine (1990) – “Le Monde des Vulgarisateurs”, *La Science pour Tous (1850-1914)*, Paris, Bibliothèque du C.N.A.M.
- C., J. C. N. (1842) – “O Mundo Primitivo”, *O Panorama*, 2.^a série, n.º 1, Lisboa.
- CARTAILHAC, É. (1877) – “Exposition International de 1878”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.^a série, t. II, n.º 4, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- CASTILHO, Júlio de (1897) – *Elogio histórico do architecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Catalogo do Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (1891) – Lisboa, Typographia Universal.
- “Chronica” (1877) – *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.^a série, t. II, n.º 4, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- “Chronica da nossa associação” (1878) – *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.^a série, t. II, n.º 5, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- COLIN-SIMARD (1957) – *Découverte Archéologique de la France*, Paris, Le Livre Contemporain-Amoit-Dumont.
- Congrès International des Américanistes* (1875) – Paris, Maisonnens et C.ie.
- DAGENS (1889) – *Angkor, la Forêt de pierre*, Paris, Gallimard
- DANIEL, Glyn (1968) – *El Concepto de Prehistoria, de Prehistoria*, Barcelona, Editorial Labor.
- DANIEL, Glyn (1975) – *Un Siglo y Medio de Archeologia*, Ciudad del Mexico, Fondo de Cultura Economica.
- DÉCHELETTE, J. (1908) – *Manuel d'Archeologie Préhistorique, Celtique et Gallo-Romaine*, t. I, Paris, Picard et Fils.
- FAGAN, Brian M. (1998) – “Archaeology and Non-Western Societies”, *The Oxford Companion to Archaeology*, Oxford, Oxford University Press.
- GAYRARD-VALY (1987) – *Yvette, The Story of Fossils. In Search of Vanished Worlds*, Paris, Gallimard.

- GEORGEL, Chantal (1994) – “Le Musée et les Musées, un Projet pour le XIXème Siècle”, *La Jeunesse des Musées. Les Musées de France aux XIXème Siècle*, dir. Chantal Georgel, Paris, Musée D’Orsay.
- GODOLPHIM, Costa (1896) – *Biographia do socio fundador, architecto e archeologo Joaquim Possidónio Narciso da Silva*, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- GUARIN, Isabelle (1993) – “Du Rapt Légitimé des «Sujets d’Étude Vivants»”, *Les Collections. Fables et Programmes*, dir. Jacques Guillerme, Paris, Ed. Champ Vallon.
- GUEDES, Natália C. (1998) – “A múmia do Museu Nacional de Arqueologia”, *O Arqueólogo Português*, vols. 11/12, Lisboa, M.N.A.
- HIGHAM, Charles (1989) – *The Archaeology of Mainland Southeast Asia*, Cambridge, Cambridge University Press.
- IMPEY, O., MACGREGOR (1995) – A., *The Origins of Museums*, Oxford, Clarendon Press.
- HENRIQUES, Júlio A. (1866) – *Antiguidade do Homem*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Le Musée Archéologique* (1875) – Paris, Ernest Lenoux.
- MANUEL, Câmara (1896) – “Joaquim Possidónio Narciso da Silva”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 3.ª série, t. VII, n.º 5, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- MAROT, P. (1969) – “Les Origines d’un Musée d’«Antiquités Nationales», de la Protection du «Palais des Thermes» à l’institution du «Musée de Cluny»”, *Mémoires de la Société Nationale des Antiquaires de France*, 9ème série, t. IV, Paris, Librairie Klincksieck.
- MARTINS, Ana C. N., “Incursões no Mundo da Arquitectura e das Artes Plásticas Portuguesas de Oitocentos. O Exemplo de Possidónio da Silva”. No prelo.
- MARTINS, Ana C. N. (2000) – “O Brasil na Vida e Obra de Possidónio da Silva”, *Olisipo*, n.º 5, Lisboa, C.M.L./G.A.L.. No prelo.
- MARTINS, Ana C. N., “O Ensino das Belas Artes em Portugal. O Conceito de Possidónio da Silva”. No prelo.
- MARTINS, Ana C. N., “*Possidónio da Silva*, a Conservação e Restauro dos Monumentos Religiosos Medievais. A Igreja do Carmo em Lisboa”, *Actas do Colóquio – Lisboa do Século V ao XV*, Lisboa, A.A.P./Ed. Colibri. No prelo.
- MARTINS, Ana C. N. (2000) – “Possidónio da Silva, a R.A.A.C.A.P. e a Arqueologia no Portugal de Oitocentos. A Conservação dos Monumentos Arqueológicos”, vol. I, *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, A.D.E.C.A.P., pp. 237-259.
- MARTINS, Ana C. N. (1999) – “*Possidónio da Silva*, a R.A.A.C.A.P. e os Estudos Pré-Históricos no Portugal Oitocentista”, *Arqueologia*, n.º 24, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp. 15-23.
- MARTINS, Ana C. N. (2000) – *Possidónio da Silva e a Memória História, Um Percurso na Arqueologia Portuguesa de Oitocentos*, Texto Policopiado, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Lisboa, F.L.U.L.
- MARTINS, Ana C. N. (2000) – “Possidónio da Silva e um projecto de banhos públicos para a Lisboa de oitocentos” *Actas de Colóquio sobre Imagens de Lisboa do século XVI ao XIX (6 e 7 Novembro de 1998)*, Lisboa, A.A.P./Colibri. No prelo.
- MARTINS, Ana C. N., “Possidónio da Silva e uma Experiência de *Grand Tour* na Europa Romântica de Oitocentos”. No prelo.
- “Monumentos célticos ou druidicos” (1853) – *O Panorama*, 3.ª série, n.º 2.
- MOSER, Stephanie (1999) – “The Dilema of Didactic Displays: Habitat Dioramas, Life-

- groups and Reconstructions of the Past”, *Making Early Histories in Museums*, ed. Nick Merriman, Leicester, Leicester University Press.
- MURTA, Visconde de T. da M. (1902) – “Biographia de Possidónio da Silva”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 3.^a série, t. X.
- PAÇO, Afonso do (1981) – “Carlos Ribeiro”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, t. V, Porto, Livr. Figueirinhas.
- PAÇO, Afonso do (1981) – “Joaquim Filippe Nery da Encarnação Delgado”, *Dicionário da História de Portugal*, dir. Joel Serrão, t. II, Porto, Livr. Figueirinhas.
- PEREIRA, Gabriel (1896) – “Para memória do architecto Possidónio da Silva”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 3.^a série, t. VII, n.ºs 6 e 7, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- POMIAN, Krsysztof (1987) – *Collectionneurs, Amateurs et Curieux. Paris, Venise: XVI.e-XVIII.e Siècle*, Paris, Éd. Gallimard.
- QUATREFAGES, M. A. (1897) – *Rapport sur les Progrès de l’Anthropologie*, Paris, Imprimerie Impériale.
- Quest for the Past. Great Discoveries in Archaeology* (1994) – Illinois, Prospect Heights.
- SAINT-CERNIN, H. S. (1919) – *Ordre et Desordre a Saint-Germain-e-Laye au XIXème Siècle*, t. I, Saint-Germain-e-Laye, Les Cahiers de l’Université Libre de Saint-Germain-en-Laye.
- SCHAER, Roland (1996) – *L’Invention des Musées*, Paris, Gallimard.
- SCHNAPPER, Antoine (1998) – *Le Géant, la Licorne et la Tulipe*, Paris, Flammarion.
- SCHNAP, Alain (1993) – *La Conquête du Passé*, Paris,. Édition Carré.
- SILVA, Joaquim P. N. da (1876) – *Noções Elementares de Archeologia*, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- SINCLAIR, Paul J. J. (1996) – “Nationalism”, *The Oxford Companion to Archaeology*, Oxford, Oxford University Press.
- “Synopsis” (1876) – *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.^a série, t. I, n.º 1, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères.
- The Story of Archaeology* (1997) – ed. Paul Bahn, London, Phoenix Illustrated.
- WITTLIN, Alma S. (1949) – *The museum, its history and its tasks in education*, London, Routledge and Keagan Paul Ltd.